

DF - ECONOMIA

# Serviços mais caros nos cartórios

Preços deverão subir caso o Senado aprove, hoje, projeto de lei que estabelece mudanças na cobrança do ISS

JOÃO CLÁUDIO NETTO

As tarifas dos cartórios deverão ficar mais caras, em todo o País, se for aprovado hoje, no Senado, o Projeto de Lei 161/89, que estabelece alterações na cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS). Uma das principais mudanças propostas pelo projeto é o aumento da lista de itens tributáveis, que passariam de 101 para 252.

A incidência do imposto sobre uma série de serviços que hoje estão isentos deverá elevar vários preços, como os dos planos de saúde, por exemplo (veja quadro), mas a alta nos serviços cartoriais já

é certa.

A Secretaria de Fazenda do DF ainda precisa definir a taxação sobre os cartórios, mas o presidente da Associação dos Cartórios e Registradores do DF (Anoreg), Luiz Gustavo Leão Ribeiro, aposta no repasse do encargo ao consumidor. "Certamente, a cobrança do ISS vai impactar os preços no momento da revisão das tabelas", explica Ribeiro.

A expectativa de encarecimento dos serviços cartoriais também é confirmada pelo gerente de auditorias especiais da Secretaria de Fazenda, Fernando Rezende Júnior. "Entre as mudanças no ISS, o maior ganho é a tributação

sobre os cartórios", afirma Rezende. "A tributação sobre serviços pressupõe que sejam privados, o que não é o caso dos cartórios, que são públicos", rebate o representante da Anoreg, para o qual a cobrança é inapropriada.

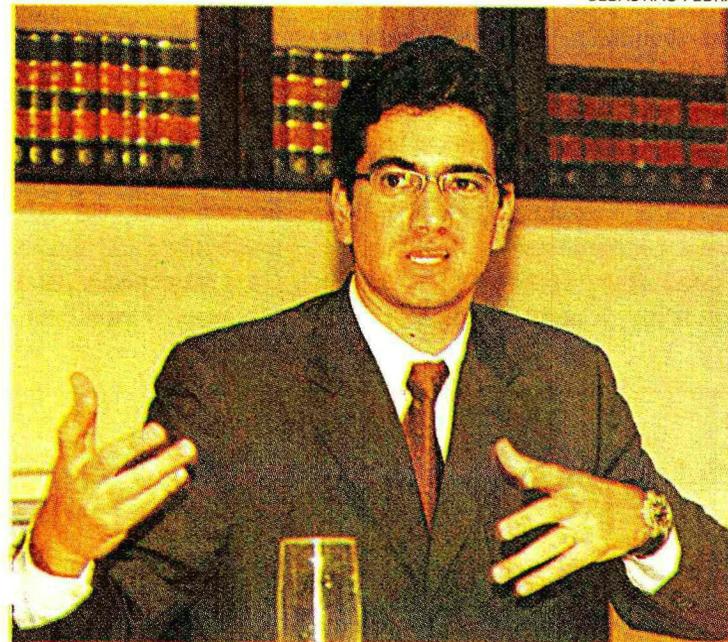
Por ser um tributo cobrado pelos municípios – o DF tem competência de estado e município –, cada cidade pode estabelecer uma alíquota para cada serviço, desde que respeitado o limite de 2% (mínimo) e de 5% (máximo). Apenas jogos e diversões públicas, exceto cinemas, têm alíquota maior (10%).

O presidente da Anoreg acredita que a alíquota a ser

adotada sobre os cartórios seja a máxima. "As secretarias de Fazenda costumam adotar o percentual máximo", diz.

No relatório do projeto – que deve ser aprovado hoje devido ao forte lobby da Frente Nacional de Prefeitos, incluindo as maiores prefeituras do País – o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), ressalta a ampliação da base tributária sobre a qual os municípios poderão cobrar o imposto. Para Fernando Rezende Júnior, não existe ampliação, mas atualização, pois muitos serviços, se já não eram taxados, estavam sob disputa judicial para garantir a tributação.

SEBASTIÃO PEDRA



Luiz Gustavo: "Certamente a cobrança vai impactar os preços"